

Governo espera dificuldades na economia

0 41 1988 * 7 JUN 1988

BRASÍLIA — Documento, ainda em versão preliminar, sobre as prioridades e perspectivas de política econômica e social a médio prazo, que será encaminhado ao Presidente José Sarney, no próximo mês, traça um cenário de grandes limitações à capacidade de crescimento da economia. As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto oscilarão entre 3 e 4,5% nos próximos cinco anos.

Este documento, que está sendo elaborado pelo Ministério do Planejamento, revela que devido à redução da poupança externa, pagamento do serviço da dívida externa, aumento das transferências para Estados e Municípios e consequente redução da receita líquida da União, o País dificilmente conviverá com níveis históricos de crescimento.

O ponto central da política industrial é o estabelecimento de um novo sistema de financiamento, aliando programas de crédito de instituições oficiais com estímulos à entrada de recursos estrangeiros em áreas prioritárias. Nas discussões, estuda-se a criação de um fundo de investimento para a indústria, tendo como fonte a adoção de até mesmo empréstimos compulsórios.

Para tornar esse cenário mais favorável, levando em conta razões de natureza política que limitam a adoção de orientações econômicas potencialmente causadoras de tensões sociais insuportáveis, o Presidente Sarney receberá um documento que prioriza os gastos e investimentos do Governo. Neste contexto, ganham

destaque a reformulação do modelo industrial, a redefinição do papel do Estado e a busca do retorno de um fluxo mínimo de capitais externos para o País.

Para fazer frente à necessidade de saldos de exportação elevados, é imprescindível uma política de comércio exterior mais flexível para as importações, com expansão dos limites anuais do valor a ser importado e diminuição dos entraves burocráticos existentes no setor. O Governo acredita que a queda do dólar no mercado internacional acabará por beneficiar o Brasil, atraindo investimentos de países desenvolvidos, que encontrariam insumos mais baratos, além da tradicional oferta de mão-de-obra a custos menores que a maioria dos países industrializados.

Energia, crédito, privatização, preços, as linhas mestras da nova política

1 — opção pelas hidrelétricas para expansão da oferta de energia; desaceleração do Proálcool e Procarvão; paralelamente, um adiamento no dispendioso programa nuclear, que se revelou não-competitivo, da mesma forma que o aproveitamento do gás natural;

2 — reestruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural e do sistema de favorecimento do imposto de renda para os produtores rurais;

3 — ampliação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, com o objetivo de resgatar os pequenos produtores não amparados pela política agrícola;

4 — unificação dos vários sistemas de garantia de preço, como Cia. de Financiamento da Produção (CFP), do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do De-

partamento do Trigo do Banco do Brasil;

5 — programa de privatização seletivo de empresas estatais;

6 — correção da estrutura relativa de preços e tarifas do setor público, como as baixas tarifas de energia residencial e a paridade dos preços atuais álcool/gasolina e diesel/gasolina.